

Nota de repúdio aos ataques e violações cometidos pelo Ruralismo Organizado, pelos órgãos de segurança e pelo Estado contra o povo Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

Presentes durante a realização da XXII Assembleia do Conselho Indigenista Missionário - Regional MS, nós representantes do CIMI, MST, CEBI, CPT, TPT, Pastoral Carcerária, CDDH e Congregações Religiosas, organizações que atuam em nome da vida e pela garantia dos Direitos humanos:

DENUNCIAMOS E REPUDIAMOS: o ataque armado e covarde de caráter paramilitar, orquestrado e levado a cabo pelo ruralismo no dia 24 de junho de 2015. Através dos Sindicatos Rurais, FAMASUL e com apoio do D.O.F – Departamento de Operação de Fronteira - mais de 100 fazendeiros participaram do ataque ocasião em que queimaram o acampamento dos Guarani e Kaiowa e dispararam contra os indígenas desarmados. A comunidade de Kurusu Ambá retomaram parte do território reivindicado como sendo de ocupação tradicional e ancestral, no qual incide ilegalmente a Fazenda denominada como “Madama”. Jagunços da região assassinaram nos últimos dez anos pelo menos sete lideranças do povo Guarani e Kaiowa, entre elas a rezadora Xurite Lopes de 74 anos. O ataque do dia 24 culminou com o desaparecimento de duas crianças indígenas, que foram encontradas cinco dias depois em estado muito debilitado.

DENUNCIAMOS E REPUDIAMOS: A atitude de omissão da Polícia Federal que mesmo após determinação do Ministério Público Federal negou-se, por dois dias consecutivos (23 e 24 de junho de 2015), a montar efetivo para acompanhar a retirada dos bens dos arrendatários da sede da fazenda Madama. Esta situação foi determinante para que os ruralistas obtivessem condições objetivas de praticar a ofensiva criminosa contra as famílias indígenas. Denunciamos e repudiamos ainda as ações de caráter protecionista que a PF continua tendo para com o ruralismo organizado, negando-se, no caso do ataque da fazenda Madama, a registrar Boletim de Ocorrência dos fatos em especial do desaparecimento de duas crianças e dificultando até mesmo o órgão indigenista oficial – a FUNAI – de consolidar o direito das famílias indígenas ao direito ao registro, apuração e acompanhamento do ocorrido.

Denunciamos também as investidas armadas dos ruralistas contra a comunidade indígena de Guyviry que encontra-se igualmente em processo

de retomada após anos de inércia e congelamento dos procedimentos demarcatórios de seu território tradicional. Os indígenas agem também contra a decisão do magistrado Federal Fabio Kaiut Nunes que isentou a empresa privada de segurança GASPEM de pagamento de indenização por danos coletivos pelo assassinato da liderança Guarani e Kaiowa Nísio Gomes em 2011.

DENUNCIAMOS E REPUDIAMOS: A forma oportunista e lamentável como deputados, políticos e lideranças ruralistas organizam-se abertamente - através dos sindicatos rurais e da ASSOMASUL - para promover discursos de ódio e terror contra os povos indígenas, incitando produtores a “fazer justiça com as próprias mãos” como registrado publicamente na fala de Zé Teixeira e tentando impedir ou prejudicar a atuação de órgãos federais na garantia dos Direitos Humanos e na igual garantia da segurança das comunidades indígenas. Na última vez que uma mobilização de similar caráter ocorreu houve, sobretudo, as tentativas de se realizar o “Leilão da Resistência” onde os ruralistas, com a venda de gato, pretendiam arregimentar milícias com intenção de atacar os indígenas.

DENUNCIAMOS E REPUDIAMOS: o visível e notório aparelhamento da estrutura do Estado do MS a favor do ruralismo criminoso onde o próprio governador em exercício coloca à disposição dos produtores rurais o uso da polícia estadual (D.O.F) e da máquina jurídica estatal para garantir a continuidade da colheita das lavouras de soja e milho plantadas em áreas tradicionais e originárias identificadas, reclamadas e retomadas pelos povos indígenas. Ao mesmo tempo ajuda na promoção do discurso de terror levado a cabo pelo ruralismo.

DENUNCIAMOS E REPUDIAMOS AINDA: a política antiindígena implementada pelo governo federal impondo que todos os procedimentos de demarcação de terras fossem paralisados, raiz causadora dos conflitos agrários e do constante estagio de genocídio vivenciado pelos povos indígenas no Mato Grosso do Sul. Com a medida o poder Executivo brasileiro age inconstitucionalmente abraçando a determinação do poder Legislativo (lê-se em especial bancada ruralista) no ataque aos direitos indígenas expressas sobretudo nas tentativas de aprovação da PEC 215, PL 227, PL 1216 entre tantas outras manobras. Kurusu Ambá tem seu processo de estudo e demarcação paralisado

politicamente pelo Governo Federal, enquanto isso as famílias ficam sujeitas aos ataques criminosos dos ruralistas em seu próprio território.

Denunciamos em especial o empenho do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso em mais uma vez garantir a total falta de segurança dos indígenas e seus territórios ao tentar impedir, ou ao menos dificultar a ação da Força Nacional no que diz respeito a prevenção de novos ataques contra as comunidades de Kurusu Ambá e Guayviry. Vale o registro que a atuação da Força Nacional foi requisitada diretamente pela Comissão de Direitos Humanos e Minoria da Câmara dos Deputados.

FRENTE A ESTA SITUAÇÃO NÓS DECIDIMOS:

Manter e intensificar nosso total e irrestrito apoio na defesa da vida e do direito dos povos originários, sobretudo o direito à demarcação de seus territórios e anunciamos que continuaremos vigilantes e organizados para denunciar e levar a conhecimento das cortes nacionais e internacionais qualquer forma de violência que venha a ser praticada contra os povos originários, tanto na forma de ataques paramilitares ou de omissão institucional.

Conselho indigenista Missionário – CIMI-MS

Movimento Sem Terra - MST,

Centro de Estudo Bíblico - CEBI,

Comissão da Pastoral da Terra - CPT,

Tribunal Popular da Terra - TPT,

Pastoral Carcerária,

CDDH – Comissão dos Direitos Humanos - MS

Congregações Religiosas : Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida – Regional MS; Catequistas Franciscanas, Irmãzinha da Imaculado Conceição, Freis Franciscanos Menor – OFM,